

## REGIÃO E HISTÓRIA, UM PROBLEMA DE CONCEITO: o caso da colonização do madeira durante o século XIX.

Dante Ribeiro da Fonseca \*

**Resumo** : As pesquisas recentes sobre a história de Rondônia têm revelado fenômenos até a pouco desconhecida, pouco conhecidos ou mesmo desprezados que se apresentam hoje como importantes no sentido de colocar em discussão determinados pressupostos da história regional. Entre eles o próprio conceito de região, que tem sido tratado de forma intuitiva, adotando-se esquematicamente a divisão político-administrativa tal como se apresenta hoje, ou mesmo apropriando-se de determinados conceitos da geografia. Tais esquemas têm se revelado, face às pesquisas recentes, teórica e metodologicamente problemáticos induzindo a algumas conclusões de todo questionáveis, pois não dão conta da mobilidade histórica do próprio objeto do conceito.

**Palavras – Chave** : Fenômenos, desconhecida, Metodologicamente e Histórica.

**Abstract** : The recent research on the history of Rondônia have revealed unknown phenomena even little, little known or even despised that arise today as important to put under discussion certain assumptions of regional history. Among them the very concept of a region that has been handled intuitively, schematically the political-administrative division as it stands today, or even appropriating certain concepts of geography. Such schemes have proven to be the face of the recent research, theoretical and methodologically problematical inducing some conclusions of questionable, because not all realize historical mobility concept object itself.

**Keyword** : Unknown Phenomena, methodologically and Historic.

As pesquisas recentes sobre a história de Rondônia têm revelado fenômenos até a pouco desconhecida, pouco conhecidos ou mesmo desprezados que se apresentam hoje como importantes no sentido de colocar em discussão determinados pressupostos da história regional. Entre eles o próprio conceito de região, que tem sido tratado de forma intuitiva, adotando-se esquematicamente a divisão político-administrativa tal como se apresenta hoje, ou mesmo apropriando-se de determinados conceitos da geografia. Tais esquemas têm se revelado, face às pesquisas recentes, teórica e metodologicamente problemáticos

induzindo a algumas conclusões de todo questionáveis, pois não dão conta da mobilidade histórica do próprio objeto do conceito. Dessa forma, uma das tarefas que se apresentam aos historiadores é colocar em discussão o tema, contribuindo para enriquecer a própria visão de história regional. É possível mesmo que venha a colocar em dúvida apreensões comumente aceitas a longo tempo e levantar novas questões sobre um passado que se revela tão rico naquilo que poderíamos chamar, provisoriamente, de intercâmbios populacionais, culturais e econômicos, de tal forma que a própria idéia de intercâmbio poderá se diluir em uma forma mais abrangente de eventos interrelacionados. Se assim o for, pode-se supor que futuramente consideremos parte de uma única história àqueles fenômenos que hoje consideramos como participantes de histórias distintas.

Uma incipiente proposição nos leva a crer que o conceito de região em história deve necessariamente, que tomar como base fenômenos próprios ao trabalho do historiador para que se possa aceitá-lo como dotado de conteúdo lógico. Deve-se, porém esclarecer que esta proposição não descarta a possibilidade de sua variação de acordo com ou período ou fenômeno que se queira pesquisar e ainda a utilização e/ou transformação crítica dos conceitos similares já elaborados por outras ciências. A título de ilustração da proposição anterior colocamos em tela uma série de pressupostos encontrados na historiografia brasileira e da América Hispânica, relativos ao primeiro ciclo da borracha, para demonstrar que a falta de clareza no conceito de região orientou esses trabalhos inclusive no sentido de selecionar inadequadamente seu material empírico tornando possível hoje questioná-las. Primeiramente a idéia de fragmentação do espaço amazônico', parte do princípio de que a Amazônia, na época do ciclo da borracha constituía-se em uma série de espaços vinculados aos grandes centros de comércio internacional, porém isolados entre si. Além de uma idéia obscura de região que a hipótese comporta, um aspecto deve, mesmo que de passagem, ser destacado aqui, um substrato de atemporalidade que trazem essas análises. Particularmente no ciclo da borracha não se leva em conta os seus períodos iniciais o que conduz à utilização do sistema de aviamento e barracão como instrumento de análise das relações sociais de produção na região desde o princípio do século XIX até a segunda metade do século XX. Da mesma forma trata-se a questão do desabastecimento regional, intimamente ligada à forma de apropriação do excedente dos trabalhadores regionais.

Por outro lado, a impressão que se tem é que a região somente é percebida como área de fronteira quando se estudam as questões comerciais e de limites. Novamente aqui o conceito dever ser dotado de maior sofisticação e complexidade para que a análise possa adquirir significados reais. Sem dúvida se limites e fronteiras interferem de certa forma nos fenômenos regionais, tornando-os distintos em determinados aspectos, particularmente naqueles relativos às estruturas jurídicas e políticas, porém são dotados de historicidade justamente porque são móveis. As fronteiras internas do país mudaram de lugar várias vezes restando portanto questionar se os fenômenos ocorridos em algumas áreas que são hoje objetos da história regional possuíram uma dimensão supranacional. Particularmente na Amazônia, onde até o início do presente século as fronteiras eram incertas, determinados eventos necessariamente terão que ser apreendidos pelo historiador a partir dessa dinamicidade, que resultava não somente da incerteza quanto às lindes, mas também quanto à pluralidade do próprio cotidiano do viver fronteiriço.

Por outro lado a população indígena que habitava a Amazônia, que a rigor possuía seu próprio território interpenetrado e diferente daqueles supostos pelo colonizador, ficou sujeita a um tratamento ambíguo, tratada como população colonial para fins de constatação do *uti-possidetis*. O nome do rio Madeira ilustra bem essa idéia difusa de território Caiari pertence ao tronco lingüístico Pano, Caribe ou Arawak; Cuyari é originário do quechúa; Caricari de origem Pacahuara; Irury em referência aos índios Irury que habitavam suas margens. A questão que se coloca quanto ao problema indígena é: como tratar a história de uma população que possuía idéias singulares de território em relação ao europeu, a partir de conceitos diversos de sua cultura?'

O presente trabalho pretende esboçar essas questões à luz de pesquisas empíricas que nos conduziram a esses questionamentos, tomando como base para essa finalidade a região do rio Madeira no século XIX. O leitor deverá encará-lo muito mais como um instrumento de instigação ao debate e ao aprofundamento da pesquisa que propriamente um resultado acabado, se é que qualquer pesquisa acadêmica possa ser assim considerada. Sobre o Guaporé, também uma região cuja história é rica em sugestões quando se trata desse tema, é indicada particularmente a leitura dos estudos de Luíza Volpato. Marcos Teixeira e Denise Meireles que dão interessantes informações sobre a interpenetração dos espaços sociais na fronteira

guaporeana durante os séculos XVIII e XIX <sup>iii</sup>.

Primeiramente, quanto às fronteiras, a questão central é dar conta da interpenetração de fenômenos que embora ocorridos em espaços nacionais diferentes exerçam sua influência sobre uma área comum. A resposta a essa questão apontaria para uma reformulação da delimitação regional com vistas à pesquisa histórica. Apesar do secular processo de conquista européia na região e dos vários tratados entre os antigos senhores coloniais restava ainda, no século XIX, uma tremenda indefinição de fronteiras entre os países recém independentes da América do Sul, que resultava, entre outras coisas, da presunção da posse que, contudo, não estava baseada no conhecimento do território<sup>iv</sup>. Tal situação resultou no dinamismo dessas fronteiras, como bem o demonstrou a questão do Acre e o processo de ocupação do Madeira, onde as lindes entre Brasil e Bolívia foram modificadas por duas vezes, em 1867 e em 1903.

Até 1867 a fronteira, ao entrar rio Madeira, seguia ao seu ponto médio, aproximadamente onde hoje é a cidade de Humaitá (Amazonas) de onde continuava através de linha geodésica às nascentes do Javará, a margem esquerda pertencia à Bolívia e a direita ao Brasil. O Tratado de Ayacucho, firmado entre os dois países naquele ano fez recuar este limite até a nascente do Madeira donde, da mesma maneira, seguiria para a nascente do Javará. Independentemente desses tratados havia a dificuldade em estabelecerem-se os marcos, pois até 1901 não era conhecida a nascente daquele rio. Essa indefinição permitiu certa liberdade que se traduzia na transferência e no estabelecimento de grupamentos significativos em ambos os lados da desconhecida fronteira. Esse processo ocorreu em duas regiões da Amazônia Ocidental, na região do Acre que foi objeto da ocupação brasileira<sup>v</sup> a partir dos anos de 1860 e na região do alto Madeira objeto da colonização boliviana<sup>vi</sup>, na mesma época<sup>vii</sup>. Em ambos os casos a migração partiu de dois pontos simultaneamente, da foz do rio Amazonas e das faldas dos Andes, nas províncias adjacentes na fronteira com o Brasil, constituindo no Acre uma população predominantemente brasileira em território boliviano e no alto Madeira uma população predominantemente boliviana em território brasileiro. Embora o impulso colonizador definitivo seja do século XIX desde o século XVIII havia essa bipolaridade no que se refere à ocupação colonial do

Madeira<sup>viii</sup>. No Brasil, por volta dos anos de 1860 as áreas iniciais de produção de borracha encontravam-se esgotadas pela exploração predatória. Intensificou-se então a migração em busca dos seringais nativos do Madeira, porém, essa ocupação não passou, com sucesso, até o último quartel do século, do ponto médio daquele rio<sup>ix</sup>. A colonização mais volumosa provinda da foz do Amazonas dirigiu-se ao Purus e seus afluentes (região acreana). O impulso colonizador no alto Madeira provinha do Território de Colônias<sup>x</sup>, composto atualmente pelos departamentos bolivianos do Beni e Pando, de onde uma onda migratória ocupou aquela parte do rio e abriu seringais, estendendo influência por todo aquele curso de água. A importância do empreendimento boliviano no Madeira se estendeu até o início do presente século, quando além dos seringais dominava no comércio a moeda e na comunicação o idioma boliviano representado pelo espanhol e línguas dos nativos benianos para ali transplantados como mão de obra<sup>xii</sup>. Enquanto que naquele rio bolivianos já exploravam a seringa, a quina explorada na Província de Santa Cruz era através dele escoada a produção vinda da província de Caupolicán através de Reyes e Santa Cruz de Yacuma em batelões impulsionados por indígenas bolivianos até Santo Antônio do Madeira,<sup>xiii</sup>. Eram também os seringais desse rio abastecidos de gêneros e mão de obra provinda do interior da Bolívia<sup>xiv</sup>. Ressalte-se também que seringais pertencentes a bolivianos estendiam-se até as enseadas próximas da foz do Madeira, como era o caso das propriedades Vitória, São Carlos e Itapirema<sup>xv</sup>. Nessa época, a maior e mais próspera povoação boliviana do Madeira era Jumas, um aldeamento localizado entre Crato e Humaitá que possuía aproximadamente 180 homens e 90 mulheres que falavam dialeto que não era nem o português nem o espanhol, provavelmente algum dialeto dos indígenas mojenhos<sup>xvi</sup>

Com a queda do preço da quina a seringa tornou-se um substituto imediato para o setor extrativista cruchenho, sendo encontrada em vários rios, inclusive no próprio Beni, na região do delta do Madeira que passou a pertencer ao Brasil pelo tratado de 1867<sup>xvii</sup>. O sistema de aviamento, ou habilito como é chamado na Bolívia, foi o arranjo que permitiu o acesso ao capital inicial com que os seringalistas pioneiros naquele rio iniciaram o corte da hévea. A partir dessa descoberta alguns seringalistas bolivianos retornaram ao Beni e ali continuaram sua atividade extrativista<sup>xviii</sup>. Apesar desse processo, é interessante observar que ainda no final do século XIX seringalistas bolivianos continuavam a se estabelecer no

Madeira<sup>xix</sup>, mas possivelmente seja esse o período do declínio da hegemonia boliviana naquele rio. A expulsão dos extratores bolivianos do Madeira, a que se referem vários historiadores daquele país, poderia ser o resultado de uma ação política do governo brasileiro, da descoberta da hévea no Beni<sup>xx</sup> e em alguns casos, do endividamento junto às casas aviadoras<sup>xxi</sup> de Belém e Manaus. Ao final do século influência boliviana declinou no Madeira, as povoações mais movimentadas daquele rio eram aquelas fundadas pelos portugueses ou brasileiros: Borba, do século XVIII, Manicoré e Humaitá<sup>xxii</sup>, ambas fundadas nos anos 60 do século XIX. Humaitá era o grande entreposto daquele rio com significativa produção de borracha e abastecedor de lenha para os vapores<sup>xxiii</sup>. Esse retorno dos seringalistas ao território boliviano durou alguns anos deixando como marca do pioneirismo, em território brasileiro, o nome de várias localidades do rio Madeira<sup>xxiv</sup>.

No final do século XIX já se tem notícias de povoamento brasileiro rio acima, além das cachoeiras dos Madeira. Jose Coimbra, que passou pelo Mamoré e Madeira nos anos 90 daquele século se refere ao povoado de Vila Murinho situado no rio Mamoré quase em sua junção com o Beni, em frente ao povoado boliviano de Villa Bella, que contava com a população de 800 habitantes, muito significativa para a época. A então nascente povoação abastecia-se na Bolívia e, segundo o mesmo autor, apesar de existirem estradas de goma naquela localidade por essa época os habitantes dedicavam-se mais à caça e à pesca. Mesmo em Vila Murinho existia uma propriedade de boliviano chamada Gran Cruz, pertencente a D. Perez de Velasco, que viria a se o primeiro vice-presidente da Bolívia durante o conflito no Acre. Em 1881 a firma Suárez fundou a povoação de Cachuela Esperanza<sup>xxv</sup>, matriz de seus negócios no Beni. A partir desse ano Suárez Hermanos vai se constituirá na mais poderosa empresa de capital regional a operar no ramo do extrativismo do látex, dominando, ao longo do tempo, 16 milhões de acre de seringais<sup>xxvi</sup>, estendendo suas filiais até as praças de Belém, Manaus e Londres, controlando o circuito da importação dos aviamentos para sua área de influência e, mais espantoso, conseguindo burlar o monopólio das companhias européias e norte-americanas, exportando diretamente para aqueles países<sup>xxvii</sup>.

Por volta de 1896, não existia o povoado brasileiro de Guajará Mirim, no rio Mamoré, cercanias da cachoeira de mesmo nome, embora já houvesse seringais pertencentes aos brasileiros naquele local. Contudo, na margem oposta

existia a povoação boliviana de Guayaramerím habitada pelos seringalistas bolivianos D. Manuel e Memesio Jordán e Leonor de Castro<sup>xxviii</sup>. Na povoação propriamente dita a população estimada, em 1903, era de 20 habitantes ocupados nas atividades de transporte de mercadorias entre Trinidad, Villa Bella e Riberalta<sup>xxix</sup>.

A ocupação do Madeira exigiu desde o princípio a implacável perseguição do indígena. Para se obter o ouro negro era necessário antes submeter o ouro vermelho. Assim o processo de apresamento que já vinha sendo praticado a séculos continuou abastecendo os seringais em toda a Amazônia. Nativos do Madeira e de outras regiões amazônicas como o Território de Colônias foram a grande fonte de mão de obra para esses seringais, em uma região onde os Estados Nacionais não possuíam nenhum controle<sup>xxx</sup>. Uma das explicações da opção dos seringalistas bolivianos do Madeira em recrutar mão de obra de indígenas mojenhos é de ordem cultural. Essas populações estavam, desde o período pré-colombiano, habituadas a produzir excedentes<sup>xxxi</sup> e a pagar tributo sobre a terra comunitária, tinham, portanto uma história muito diferente dos grupos sobreviventes de indígenas da Amazônia Brasileira, cujos povos que possuíam estruturas sociais mais complexas foram destruídos ainda no século XVII<sup>xxxii</sup>. É, portanto principalmente o indígena "*domesticado*", e seus descendentes, que compõem a larga base da pirâmide social na Amazônia do século XIX, é ele que compõe a maioria esmagadora da população para a qual o governo imperial e republicano reclama de seus vizinhos o *uti possidetis*.

O apresamento e o recrutamento dos indígenas por parte do colonizador não respeitava as fronteiras móveis e mal definidas, manipulando o indígena e impondo-lhe novos sentidos de identidade à luz do interesse do dominador<sup>xxxiii</sup>. Do Madeira avançavam os seringalistas, brasileiros ou não para além dos limites nacionais. Esse era um fenômeno comum a toda a Amazônia em todo o século XIX. Em 1866 Tavares Bastos denuncia a ação de brasileiros na captura dos indígenas miranhas que viviam nos rios Japurá e Içá, no território de Nova Granada. Dentro de nosso território o aparelho estatal, contribuía ainda como nos tempos coloniais para a exploração do indígena, através da Diretoria dos Índios, compostas por corruptos agentes do Estado. Com sua nomeação para Diretor dos Índios, o funcionário solicitava ao negociante o adiantamento de mercadorias necessárias ao início das atividades do extrativismo da borracha, salsa e castanha.

Colocando o indígena sob sua responsabilidade para trabalhar remunerava-os com mercadorias em troca dos produtos extraídos da floresta<sup>xxxiv</sup>. Na virada do século XIX para o século XX, informava o Barão de Marajó que no Madeira já se encontravam alguns confortos e segurança, os índios ou haviam recuado para pontos distantes dos núcleos de colonização ou estavam amansados inseridos ao mundo do colono<sup>xxxv</sup>.

Além do indígena brasileiro o ciclo da borfacha consumiu no Madeira, grande quantidade de indígenas bolivianos. Conforme a análise de Heráclito Bonilha a exploração da mão de obra indígena resultou da ação de motores distantes da região gomífera onde havia o agravante do pequeno controle dos Estados<sup>xxxvi</sup> nacionais. A intensificação do processo de exploração da mão de obra indígena boliviana, como no Brasil, ocorreu nesse momento *pari passu* com a ocupação de seus territórios. Contudo, a história do processo de ocupação das terras e exploração do trabalho indígena na Bolívia no século XIX contém, em relação ao Brasil, algumas peculiaridades. Durante o período colonial todos os indígenas do sexo masculino com idade entre 18 e 50 anos eram obrigados a pagar um tributo, esses tributos chegavam a participar em 25% da renda da coroa. Durante o processo de independência da Bolívia, Simon Bolívar promulgou entre 1824 e 1825 decretos que aboliam o recolhimento de tributos sobre os indígenas. A assembléia nacional da Bolívia ratificou esses decretos, mas, imediatamente após percebeu que a aceitação dessa nova norma colocaria em dificuldades a fazenda nacional restabelecendo de pronto o tributo que passou a representar 60% do recolhimento fiscal na Bolívia. Apesar de representar um pesado fardo a carga tributária contribuiu para a conservação da terra em posse do indígena contra a ameaça dos brancos e cholos. A decadente atividade mineradora não satisfazia às necessidades de ingressos fiscais e assim, também contrariando os decretos de Bolívar que colocavam em dúvida o direito do indígena sobre sua terra ancestral, a assembléia nacional ratificou como legítimo o governo comunal dos indígenas e seus títulos de propriedade da terra. Tratava-se portanto de garantir a atividade agropastoril importante fonte de ingressos fiscais para a manutenção do governo boliviano naquele momento<sup>xxxvii</sup>. Em 1831, durante o governo de Andrés de Santa Cruz foram restabelecidos os direitos às terras comunais dos indígenas bolivianos, contudo esses direitos não valiam para

as terras de Mojos, Yucararés e Chiquitos, abertas à colonização de todo aquele que desejasse estabelecer fazendas ou explorar a indústria extrativista. No entendimento do governo aquelas terras não possuíam proprietários e, portanto pertenciam ao governo o direito de dispor delas, desconhecia assim o direito às terras pelos grupos indígenas do noroeste boliviano<sup>xxxvii</sup>.

Em 1851 foi abolida a obrigação de todo indígena estar submetido a um patrão<sup>xxxix</sup>, essa instituição remanescente dos direitos dos *adelantados*, primevos colonizadores brancos na América Espanhola, chamada na época colonial de *encomienda* subordinava o trabalho indígena ao colonizador em troca de sua "educação" e "proteção". A partir dos anos 60 do século XIX, com o aumento da produção mineral na região andina e o conseqüente crescimento dos mercados urbanos decresceu a importância dos tributos indígenas como fonte de ingressos governamentais. Com a ascensão ao poder do gal. Mariano Melgarejo em 1864 a elite mineradora andina tomou o poder no país estabelecendo o domínio das políticas livre cambistas. O decreto de 1866 novamente colocou em risco a propriedade comunal das terras intensificando-se então a ocupação da propriedade indígena por grupos de imigrantes brancos (karayanas) que se dirigiram ao Beni para desenvolver a agricultura comercial<sup>xl</sup>.

Estima-se que já em 1858 somente no Alto Madeira havia uma população de cinco mil pessoas, essa população, como se viu anteriormente, cresceu muito após os anos 60. Certamente o contribuiu para o crescimento dessa população o elemento indígena boliviano. Além dos indígenas de Moxos, a mão-de-obra de indígenas bolivianos era também recrutada nas províncias de Santa Cruz, Yungas. Keller, que participou de uma expedição no Madeira em 1882 calculava que entre 1862 a 1872 foram recrutados em média 1.000 indígenas por ano e migrados do departamento do Beni para o Madeira<sup>xli</sup>. Seringalistas como D. "Pastor Oyola<sup>xlii</sup> e D. Angel Chaves<sup>xliii</sup> quando necessitavam de mais trabalhadores dirigiam-se ao Beni para recrutá-los, já os empresários de maior porte contratavam a empreitada de recrutadores que entregavam o indígena no local de trabalho estabelecido no contrato<sup>xliv</sup>.

Esse movimento populacional tão intenso tornou-se motivo de preocupações. Denúncias contra o abuso do transporte

indiscriminado de indígenas para os seringais do Madeira foram levadas ao público pela imprensa, causando certa comoção. O governo de La Paz, ciente do problema, preocupou-se, não com as crueldades cometidas, mas com o despovoamento da região, emitindo, em 1882, uma ordem de governo enviada ao prefeito do Beni mandando impedir o tráfico sob o risco de ser despovoada aquela região, já então a menos povoada da Bolívia.

Esse processo de recrutamento despertou mesmo o interesse brasileiro, tratava-se de uma forma de abastecimento de mão de obra barata para os trabalhos necessários ao fomento da produção gomífera do oeste amazônico. Na Bolívia havia um mercado fornecedor braços indígenas cujo potencial era avaliado, por volta de 1866 em 750.000 pessoas. Somente nos departamentos bolivianos de Santa Cruz, Cochabamba e Beni, aos quais interessava de perto o comércio como o Madeira, havia uma população estimada em 622.000 pessoas, excluído desse número os grupos do Beni compostos por aproximadamente 30.000 indígenas amansados e domesticados para o trabalho, sem contar os grupos errantes<sup>xlv</sup> Essas províncias possuíam o dobro da população das províncias do Amazonas e Pará, que desenvolviam uma forte atividade agrícola e pecuária sem paralelo no Amazonas<sup>xlvi</sup>. Tendo já iniciado o processo de recrutamento desses indígenas para trabalhar na região do Madeira como seringueiros, ou remeiros que nos intervalos das viagens trabalhavam nas obras públicas de Manaus, a possibilidade de sua utilização para a construção do canal ou estrada que contornaria o trecho encachoeirado do Madeira foi logo posta em questão. Os administradores públicos do Beni tinham autoridade para recrutar esses indígenas e enviá-los ao Madeira, a remuneração era irrisória, um pequeno salário ou o pagamento em tecidos, roupas e armas.

Apesar de a Bolívia exportar a maior parte de sua produção pelo oceano Pacífico, a via do Madeira era de fundamental importância para o comércio do noroeste boliviano, pois o Atlântico estava mais próximo. Adicione-se que o acesso fluvial pelos grandes rios do Beni é mais fácil para esse rio do que para outros, aumentando ainda sua preferência pelas condições de navegabilidade<sup>xlvii</sup>. O porto mais próximo onde se encontrava linha regular de vapor era o de Serpa (Itacoatiara), na foz do Madeira. Além da quina produzida em Caupolican, descia pelo Madeira a produção extrativa e agropecuária do Beni. Os batelões de transporte retornavam do Madeira com produtos industrializados, vergalhões,

ferramentas, armas e munições, bebidas, atavios. Serpa era a ponta de lança desse comércio, os produtos ali desembarcados eram enviados para Borba e Crato de onde partiam rumo à Bolívia. O comércio do Madeira cresceu com as exportações e importações necessárias ao fomento da indústria extrativa e da agropecuária do noroeste boliviano de tal maneira que já em 1862 o porto de Borba respondia por 30,70% do valor das exportações da província do Alto Amazonas. O movimento de importação e exportação, até essa época apresentava até um pequeno desequilíbrio favorável, entre 1864 e 1865 o porto de Serpa importou 44,20% e exportou 55,80% do montante em dinheiro de suas operações, revelador da importância desse porto no abastecimento dos produtos necessários à indústria extrativa.

Ainda em 1866 a navegação a remo era o recurso para o escoamento da produção e do abastecimento de produtos industrializados para os nos do oeste da Amazônia, inclusive do Beni. De Borba ou Crato era necessário remar contra a correnteza do rio em embarcações com tripulação variando de 13 a 20 remeiros e carregamento de 3000 até 5000 quilos de mercadorias, até Santo Antônio do Madeira. Nesse ponto iniciava a parte mais difícil da viagem, nas cachoeiras, por algumas centenas de quilômetros era necessário, a cada acidente, descarregar a embarcação e atravessar por terra as mercadorias e a embarcação até superar o obstáculo natural, daí a canoa era novamente colocada no rio e carregada, reiniciando o trabalho de remar<sup>xlviii</sup>. A passagem por esse trecho acidentado poderia durar 18 dias<sup>xlix</sup> ou seis meses, dependendo de condições diversas, por exemplo, a morte por doenças epidêmicas ou ataques de indígenas e a fuga dos remadores'.

A questão do abastecimento nos seringais da Amazônia merece um estudo mais aprofundado que permita esclarecer algumas questões. Não se trata aqui de uma minúcia de um preciosismo de historiador factualmente detalhista pois essa questão está intimamente ligada ao processo de exploração da mão de obra nos seringais. Há evidências de que o fenômeno do desabastecimento durante o ciclo da borracha foi a culminância do crescimento, ao longo de décadas, do aumento da demanda de matéria prima, fenômeno típico das regiões monocultoras e de extrativismo intensivo.

A dialética do fenômeno pode ser simplificada da seguinte forma: um motor externo à região, o aumento da demanda de matéria prima, faz com que o

seringalista exija que o seringueiro dedique cada vez mais seu tempo na extração; o seringueiro gradualmente vai abandonando a lavoura de subsistência e passa a adquirir cada vez mais produtos no barracão do seringalista; a produção aumenta e o seringalista, face a crescente dependência do seringueiro em abastecer-se no barracão majora os preços provocando o endividamento pois, face à majoração a produção do seringueiro nunca é suficiente para liquidar as dívidas, a resultante final é que o produtor direto fica preso ao seringalista pela dívida, prisão evidentemente garantida não pela honra ao compromisso mas por mecanismos de coerção física.

Dois pressupostos necessários ao esquema da borracha estão satisfeitos, aumentou-se a produção e garantiu-se a continuidade do processo de extração. Uma terceira consequência, não menos importante é que se garantiu também pelo mesmo processo o aumento do excedente apropriado pelo seringalista. Contudo a dinâmica desse processo ainda não foi devidamente estudada, permitindo-se então alguns questionamentos: Como ele se desenvolveu? Quando atingiu sua maturidade? Foi igual ao longo do tempo em toda a Amazônia? Foi o mesmo nas várias áreas extrativistas da região? Provocou de fato o desabastecimento regional? No caso do Madeira, essa última questão poderá ser respondida de várias maneiras, dependendo a resposta do conceito de região adotado.

Uma abordagem inicial do tema torna possível a hipótese que a Amazônia apesar de ter sido uma região de economia extrativista, predominante até o século XX, os estabelecimentos rurais produziram durante determinado período alguns gêneros necessários ao próprio consumo. Estabelecimentos dedicados à colheita do cacau no Madeira, na primeira metade do século XIX, possuíam lavouras de milho, arroz e mandioca<sup>li</sup> além de produtos basicamente destinados à comercialização. Indígenas amansados plantavam lavouras para subsistência e comercialização. Ainda no último quartel do século XIX os estabelecimentos do Madeira, embora dedicados à produção da goma elástica, continuavam produzindo alimentos como: milho, arroz, mandioca, bananas, ou seja, parte do tempo de trabalho do seringueiro era dedicada à agricultura<sup>lii</sup>. Não eram exceções esses seringais, o Gal. Severiano da Fonseca, em sua viagem de 1878, refere-se a inúmeros seringais ou colocações pertencentes ao um mesmo seringalista do Alto Madeira que produziam gêneros alimentícios, cereais, tubérculos e mesmo cana

de açúcar<sup>liii</sup>, o mesmo acontecia nas povoações do Madeira, inclusive Juma.

Contudo, em 1866 Tavares Bastos afirmava que as áreas extrativistas pouco produziam para a alimentação, vindo tudo do exterior pelo porto do Pará ou eram vendidas nessas regiões interiores produtos da lavoura Paraense como a farinha. A literatura consultada revela que as estratégias de abastecimento das regiões produtoras da borracha vinculavam-se a diversos fatores econômicos e geográficos e ainda, que o abastecimento, ao contrário do conhecimento comum, não provinha todo do exterior, mas havia um mercado interno de produção de alimentos. Primeiramente, é possível que nas regiões do alto dos rios o abastecimento externo, de produtos do Pará e do exterior, fosse mais precário entre 1866 e 1880, por causa das distâncias e particularmente no Alto Madeira em função do seu trecho acidentado. O fenômeno do desabastecimento observado por Tavares Bastos seria então localizado nas áreas de produção mais próximas de Manaus.

Como se viu anteriormente as áreas iniciais de extrativismo da borracha, mais próximas de Belém, estavam já esgotadas em meados do século XIX pelo extrativismo predatório o que fez com que os estabelecimentos rurais direcionassem sua atividade para a produção de alimentos. O depoimento de um proprietário de fazenda no Pará não se refere ao látex, mas à produção de farinha de mandioca e cana de açúcar<sup>liv</sup>. Essa produção interna de alimentos provavelmente destinava-se às novas regiões extrativistas. O problema, contudo reside em conhecer a dimensão dessa produção e seu peso no abastecimento intra-regional.

Nas regiões mais afastadas, no alto dos rios, procurava-se a região produtora de alimentos mais próxima, não necessariamente dentro do país. Assim é que, o abastecimento do trecho encachoeirado, e talvez de boa parte do alto e Médio Madeira, por volta de 1868, era feito com gêneros produzidos nos Departamentos bolivianos de Pando e Beni, produtos da agricultura e pecuária: queijos, couros, aguardente, gado daquela região<sup>lv</sup>, pobre em hévea mas rica em planícies, eram comprados ou até mesmo trocados por indígenas escravizados pelos brasileiros que atravessavam a fronteira para esse fim<sup>lvi</sup>.

Por volta de 1895 a situação havia mudado, o Barão de Marajó naquela época informava que no Madeira a alimentação provinha quase toda, exceto

peixe fresco e salgado (pirarucu) e tartarugas, de Manaus e do Pará carne seca, bacalhau, bolacha, pão torrado, conservas, feijões, farinha e bebidas diversas<sup>lvii</sup>. O consumo de alimentos e bebidas importados é tratado na literatura como parte de um processo de ostentação e desperdício da elite econômica do extrativismo, contudo no auge do ciclo da borracha não somente essa elite consumia gêneros importados, também a população em geral. O comércio com a Europa e Estados Unidos era mais próximo do que com o sul do Brasil, os navios vinham buscar a borracha e traziam com eles produtos, estabelecendo assim uma prática de intercâmbio desigual que, de certo modo, reproduz a lógica do desabastecimento e do barracão<sup>lviii</sup>.

Com base nas questões inicialmente colocadas, poderíamos sugerir que no século XIX certas regiões, especialmente aquelas situadas mais próximas a fronteira da Amazônia, não estavam fragmentadas como supõe a literatura, mas integravam-se em um grande mercado produtor e consumidor de gênero, matérias primas, capitais e força de trabalho, dessa forma podemos apreendê-las como um todo. Parece ser esse o caso das regiões do Madeira e do Beni. Se a problemática fronteira é necessária ao entendimento dessa hipótese torna-se, tomada isoladamente, insuficiente para o entendimento do processo, pois a complementaridade de uma multiplicidade de interesses intra-regionais resistiu e sobreviveu à definição demarcatória. É essa mesma complementaridade que nos permite questionar a visão do desabastecimento regional ao focalizar a região do Madeira/Beni e o estudo desse processo sincrético, pois resultante da ação de povos que tanto sob o aspecto cultural quanto aos processos de desenvolvimento político comportam suas singularidades, determinou o processo histórico em uma única região durante um período secular.

### Bibliografia

1. ACHA, Jose Aguirre. De los Andes al Amazonas: recuerdos de la campaña dei Acre. La Paz, Imprenta Superei, 1980.
2. BASTOS, A. C. Tavares. O vale do Amazonas. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1937.
3. REIS, Arthur César Ferreira. Limites e demarcações na Amazônia brasileira. Belém, SEJUP, 1993, 2 vol.
3. BONILLA, Heráclito. Estructura y eslabonamientos de la explotación cauchera en Colombia, Perú, Bolivia y Brasil. In: *DATA: Revista del Instituto de Estudios Andinos y Amazónicos.* no. 4, La Paz, 1993.
4. COIMBRA, Juan B. Siringa: Memorias de un colonizador del Beni. La Paz, Libreria Editorial Juventud, 1989.
5. COLLIER, Richard. The river that God forgot: the dramatic story of the rise and fall of the despotic Amazon rubber barons. New York, E. P. Dutton & Co., 1968.
6. CRAIG, Neville B. Estrada de ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição. Rio de Janeiro,

Cia. Ed. Nacional, 1947.

7. FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Ferrovia do Diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia. 4ª ed. São Paulo. Ed. Melhoramentos, 1987.
8. FONSECA, João Severiano da. Viagem ao redor do Brasil (1875-1878). 2 volumes. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1986.
9. GAMARRA, María dei Pilar. La participación estatal en la industria de la goma elástica. In: DATA: Revista del Instituto de Estudios Andinos y Amazonicos. no. 4, La Paz, 1993.
10. HUGO, Vitor. Desbravadores. 2ª ed., 2 vols., Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1991.
11. KELLER, Franz. The Amazon and Madeira river. Londres, Chapman & Hall, 1874.
12. KLEIN, Herbert. Historia de Bolívia. La Paz, Editorial Juventud, 1994.
13. LEONARDI, Victor. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília, Ed. Paralelo/UNB, 1996.
14. LIEBEL, Ernest H. The survey of the Madeira and Mamoré R. R. in Brazil. Engineering News. 24/10/1907. In: KRAVIGNY, Frank W. The jungle leg route. New York. Orlin Tremaine Company Publisher, 1940.
15. LOBATO FILHO (Gal.). Avançai para o Jamari: a comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira. Rio de Janeiro, s/ed., 1957.
16. LOPEZ, Said Zeitum. Amazonia boliviana: introducían ai estudio de ia tematica norteamazonica (1ª parte). 1ª ed., La Paz, Producciones Gráficas Visión, 1991.
17. MAIA, Álvaro. Gente dos seringais. Rio de Janeiro, s/ed., 1956.
18. MARAJÓ, José Coelho da Gama Abreu, Barão de. As regiões amazônicas: estudos corográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. 2ª Ed, Belém, SECULT, 1992 (Lendo o Pará; 12).
19. MEIRELES, Denise Mald. Guardiães da fronteira rio Guaporé século XVIII. Petrópolis, Vozes 1978.
20. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria à minoria(1750-1850). Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.
21. OTERO, Delia del Pilar. El Acre: un nuevo caso de fragmentación del espacio amazónico. In: DATA - Revista del Instituto de Estudios Andinos e Amazonicos. La Paz, 1993, no. 4.
22. PINTO, Emanuel Pontes. Rondônia, Evolução Histórica: a Criação do Território Federal do Guaporé. Fator de Integração Nacional. Rio de Janeiro. Expressão e Cultura, 1993.
23. PORRO, Antônio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro. Vozes, 1995.
24. PRADO, Eduardo Barros. Eu vi o Amazonas. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
25. REIS, Arthur César Ferreira. Limites e demarcações na Amazônia brasileira. 2 vol., Belém, SEJUP, 1993
26. SMITH, Anthony. Os conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. São Paulo, Editora Best Seller, s/d.
27. TEIXEIRA, Marco A D. Dos campos d'ouro a cidade das ruínas apogeu decadência do colonialismo português no vale do Guaporé: séculos XVIII e XIX. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 1997.
28. TOCANTINS, Leandro. Formação histórica do Acre. 3 vols., Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1961
29. TOCANTINS, Leandro. Formação histórica do Acre. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 3 vols., 1961.
30. TOMLINSON, H. M. The sea and the jungle. Vermont. The Marlboro Press, 1989.
31. UREY, Antônio Carvalho. Síntesis Monográfica del Beni. vol. 1, Trinidad, Talleres de la Universidad Gral. Jose Ballivian, 1975.
32. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Mato Grosso: ouro e miséria no antemural da colônia (1751-1819). Dissertação de Mestrado, FFLCH, São Paulo, 1980.

## NOTAS

<sup>xxxvii</sup> Herbert Klein, História de Bolívia. La Paz, Editorial Juventud, 1994, pp. 119-20.

<sup>xxxviii</sup> Maria del Pilar Gamarra, obra citada, p. 28.

<sup>xxxix</sup> Aureliano Tavares Bastos, obra citada, p. 274.

<sup>xi</sup> Herbert Klein, obra citada, pp. 149-53.

<sup>xli</sup> Franz Keller, The Amazon and Madeira River. Citado por Antonio Carvalho Urey, obra citada, p.55.

- <sup>xiii</sup> Nevile Craig, obra citada, p. 222.  
<sup>xliii</sup> João Severiano da Fonseca, obra citada, p. 305.  
<sup>xliiv</sup> Maria del Pilar Gamarra, obra citada, p. 73, nota 30.  
<sup>xliiv</sup> Aureliano Tavares Bastos, obra citada, pp. 274-5.  
<sup>xliiv</sup> Beni, Santa Cruz e Cochabamba: "... os três departamentos citados que contem o duplo de população das duas províncias brasileiras ribeirinhas (...) a agricultura vai-se desenvolvendo nos mesmos departamentos, e é industria mais exercida ali que no Alto-Amazonas." Aureliano Tavares Bastos, obra citada, p. 276-7.  
<sup>xliiv</sup> Lobato Filho, obra citada, p. 27.  
<sup>xliiv</sup> Aureliano Tavares Bastos, obra citada, pp. 222-3, 274-5, 270-1, 316-7  
<sup>xlix</sup> Juan B. Coimbra, obra citada, p. 137.  
<sup>i</sup> João Severiano da Fonseca, obra citada, pp. 275-99.  
<sup>ii</sup> Leonardi, p. 70.  
<sup>iii</sup> Nevile Craig, obra citada, p. 230.  
<sup>liii</sup> João Severiano da Fonseca, obra citada, p. 299.  
<sup>liiv</sup> Aureliano Tavares Bastos, obra citada, pp. 358 e 370.  
<sup>lv</sup> Emanuel Pontes Pinto, obra citada, p. 88.  
<sup>lvi</sup> João Severiano da Fonseca, obra citada, p. 235.  
<sup>lvii</sup> Marajó (Barão de), obra citada, p. 132.  
<sup>lviii</sup> Anthony Smith, Os conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. São Paulo, Editora Best Seller, s/d, p. 357.

**\*Dante ribeiro da Fonseca.** Prof. Ms. do Departamento de História da UFRO